



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 20/2020

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 20/2020

PROCESSO ELETRÔNICO N. [0002924-58.2019.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM
ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA AURINEIA
BORGES VALENTE 77959965234
(Inamoratta Floricultura), PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ARRANJOS FLORAIS, PARA
REALIZAÇÃO DE EVENTOS
INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.**

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234 (Inamoratta Floricultura)**, inscrita no CNPJ sob o n. 12.587.202/0001-60, com sede na Rua João Goulart, n. 1923, São Cristóvão, CEP 76804-034, Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3224-1210 / 99308-1355, E-mail(s): inamoratta_josi@hotmail.com e aurineiavalente.eventos@hotmail.com, neste ato representada por **AURINEIA BORGES VALENTE**, brasileira, portadora do RG n. 852563-SESDEC/RO e CPF sob o n. 779.599.652-34.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 02/2019/SLC.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 1417/2020 - PRES/DG/GABDG, de 15/09/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, II, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, conforme descrição e quantidades estimadas constantes no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, a critério do contratante
02	Arranjo sobre colunas	20	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, a critério do contratante
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados
--	--	--	--

Subcláusula Primeira – A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência da Carta-Contrato.

Subcláusula Segunda – Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Terceira – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta contratação.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a Cotação de Preços respectiva, a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - Para o fornecimento dos arranjos deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA deverá fornecer os arranjos florais com antecedência de pelo menos 04 (quatro) horas da realização do evento;
- b) A CONTRATADA deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas aos eventos SEI [0487363](#) e [0487366](#).
- c) A Comissão de Cerimonial comunicará a CONTRATADA, no mínimo de 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de arranjo floral necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO
DO OBJETO**

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para execução da presente Carta-Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

- a) Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a CONTRATADA deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos nos itens 2.3 do Projeto Básico respectivo. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;
- b) Prestados os serviços em cada evento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento Provisório com valor meramente quantitativo e que não caracteriza a aceitação definitiva dos serviços;
- c) No prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor desta contratação realizará a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Projeto Básico. Atendidas todas as especificações o gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e
- d) No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada os inconsistências e prejuízos causados.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DA VIGÊNCIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	Valor Unitário R\$	Valor Total Estimado R\$
01	Arranjo baixo	10	350,00	3.500,00
02	Arranjo sobre colunas	20	350,00	7.000,00
03	Arranjo fúnebre	04	450,00	1.800,00
Total Geral estimado da Carta-Contrato				12.300,00

Subcláusula Primeira - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, com Programa de Trabalho n. 02061003342690001 e Natureza da Despesa n. 33.90.30-15, conforme Nota de Empenho n. 2020NE000684, de 16/09/2020.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento do objeto da presente Carta-Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

Subcláusula Primeira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

Subcláusula Segunda - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Sétima - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Oitava - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Nona - A compensação financeira prevista no ITEM anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – A Gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO (podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, a ser indicado por essa), a qual compete observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA NONA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico respectivo, em especial o ITEM 2.3;
- b) Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico;
- d) Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Projeto Básico.
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização da Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- h) Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- i) Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução desta Carta-Contrato;
- j) Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
- k) Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos e no Termo de Referência, em especial o ITEM 2.3;
- b) Entregar o objeto da Carta-Contrato nos prazos especificados neste instrumento;
- c) Fornecer os produtos, materiais de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Substituir, às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens em desacordo com as especificações no Projeto Básico e neste instrumento contratual, comunicados pela Comissão de Cerimonial;
- e) Atender aos demais comunicados pelo gestor desta contratação quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- f) Receber o pagamento do valor ajustado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- g) Manter-se, durante toda a execução da Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e com a qualificação exigidas na licitação e apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), quando da contratação e apresentação de faturas para pagamentos;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
- j) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência da Carta-Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
- k) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto deste projeto, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes de trabalho, mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, indenizações, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

l) Fornecer ao fiscal desta contratação, a qualquer momento, todas as informações de interesse do TRE-RO, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;

m) Não transferir, nem sublocar, nem subcontratar, no todo ou em parte, os itens objeto desta Carta-Contrato;

n) Cumprir determinação do Fiscal desta contratação para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

o) Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal desta contratação, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

p) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta Carta-Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste instrumento.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 04 (quatro) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);

II - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sétima - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Oitava - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Primeira – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Segunda - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Terceira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quinta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sétima- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Oitava - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Nona- Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Vigésima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima Primeira – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

Subcláusula Vigésima Segunda - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

- I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 17 de setembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	AURINEIA BORGES VALENTE Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/09/2020, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AURINEIA BORGES VALENTE, Usuário Externo**, em 23/09/2020, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 23/09/2020, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/09/2020, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0589252** e o código CRC **B6D1B8FD**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002924-58.2019.6.22.8000

0589252v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 17/09/2020 10:14:38.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 8/2020 - PRES/DG/ASPLAN

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei nº 8.666/93, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Projeto Básico para contratação de serviços de ornamentação para eventos institucionais deste Tribunal.

2.0 – DO OBJETO

A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial de eventos institucionais deste Tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.

2.1. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

As quantidades a serem adquiridas estão expressas no quadro abaixo. Bem assim, as especificações do objeto, cuja qualidade mínima deve considerar como referência os modelos de arranjos apresentados nas fotos juntadas aos eventos [0486606](#) e [0486607](#).

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante
02	Arranjo sobre	20	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	colunas		entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados

2.2 DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO

Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

2.3 DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

2.3.1 – Quanto aos arranjos:

1. Deverá fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 04 (quatro) horas antes da realização do evento;
2. Deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente procedimento, no evento ([0487363](#), [0487366](#)).
3. A Comissão de Cerimonial comunicará a contratada, no mínimo de 05 dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

O objeto do presente TR é necessário às atividades de cerimonial deste Tribunal e tem sido regularmente contratado. Sua contratação anterior não logrou êxito no Pregão Eletrônico n. 016/2019, conforme Relatório do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Resultado da Licitação evento 0458276. Todavia, considerando sua relevância para as atividades representativas do TRE-RO e o valor do objeto do presente PB, estimado em 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), a contratação poderá ser realizada por dispensa de licitação, com base no disposto no inciso I, do Art. 24, da Lei 8.666/90.

3.2 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O serviço pretendido visa o atendimento de vários eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas a melhoria dos serviços oferecidos e a interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense.

4.0 – DA COTAÇÃO DE PREÇOS

A única empresa contatada que manifestou interesse em participar da Cotação de Preços do objeto do presente contrato, apresentou valores compatíveis com os praticados no mercado local e encontra-se devidamente regular junto ao SICAF, comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ, conforme certidões juntadas aos eventos [0524299](#), [0574353](#), [0574354](#), [0574356](#) e [0574357](#).

Dados da empresa:

1. Razão Social: Aurinéia Borges Valente
2. CNPJ: 12.587.202/0001-60
3. Endereço: Rua João Goulart, 1923 – Bairro: São Cristovão
4. Dados Bancários: Banco Itaú, agência: 0663, c/c: 29.999-8 e Banco Bradesco, agência: 2167, c/c: 80.358-8

5.0 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Do resultado da Cotação de Preços 02/2019, confirmada no evento [0524298](#), aduz-se que a presente contratação se confirma em R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

Diante da Informação 21 ([0524301](#)), verifica-se que somente uma empresa aceitou participar da cotação, a dificuldade em obter mais propostas decorre

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Estado de Calamidade decretado pelo Governador de Rondônia, fato que impossibilitou o contato com mais empresas do setor."

Sobre os valores apresentados na Cotação de Preços acostada ao evento [0524298](#), a presidente do Cerimonial deste tribunal, subscritora do presente PB, atesta que os valores obtidos são compatíveis com os preços praticados no mercado de Porto Velho.

Quadro de Valores						
item	Descrição	Qtde estimada	Cotação de Preços			Valores da Menor Cotação de Preço
			Inamoratta	Empresa 2	Empresa 3	
01	Arranjo Baixo	10	350,00	*	*	3.000,00
02	Arranjo sobre colunas	20	350,00	*	*	7.000,00
03	Arranjo fúnebre	04	450,00	*	*	1.800,00
Valor Total estimado			R\$ 12.300,00	*	*	12.300,00

6.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2020, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

EXERCÍCIO 2020

Categoria: Pleitos Eleitorais

Despesa Agregada: Reuniões 1º Turno

Plano Interno: TRE REUNIA1

Valor: 12.300,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.0 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

7.1 - DO CONTRATO

Nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será formalizado CONTRATO, regulando a relação entre a Administração contratante e a empresa Contratada, conforme Minuta de Contrato a ser anexada no edital.

O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Como condição para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar, situação de regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho.

Se a adjudicatária não apresentar situação regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, no ato da assinatura do contrato, ou, injustificadamente, não receber as vias do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.

Para efetivar a contratação, será feito o seguinte:

1. Após a homologação da licitação, a compromissária/fornecedora será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.
2. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a compromissária/fornecedora será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Contratos.

Após a assinatura do contrato, a contratada deverá providenciar a prestação dos serviços contratados, dentro dos prazos fixados neste Termo de Referência e sempre conforme orientações do gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n.

8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

7.2 - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto deste contrato.

8.0 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos no ITEM 2.3 deste instrumento. De modo que a cada solicitação de serviço será emitida uma ORDEM DE SERVIÇO específica.

Quando da realização de cada Evento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, do qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório que tem apenas valor quantitativo, e que não tem valor de aceitação definitiva.

Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste Projeto Básico, o qual emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada os inconsistências e prejuízos causados.

9.0 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização será de competência da presidente da Comissão de Cerimonial, ou por seu substituto legal em caso das ausências, cabendo-lhe,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

10.0 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 São direitos e obrigações do Contratante:

1. cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico;
2. receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Projeto Básico, em especial o ITEM 2.3;
3. promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
4. efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

d.1) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

d.2) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

d.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.2 São direitos e obrigações da Contratada:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico, em especial o ITEM 2.3;
2. Entregar o objeto do contrato nos prazos especificados neste instrumento;
3. Fornecer o material de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto;
4. Substituir, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado neste Projeto Básico (comunicadas pela Comissão de Cerimonial), no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento;
5. Atender aos demais comunicados pelo gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
6. Receber o pagamento do valor ajustado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
7. Apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho, quando da contratação e pagamentos.
8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

1. Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 04 (quatro) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);
2. Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

11.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n.

1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

11.5 A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

11.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.0 – DOS ANEXOS

São anexos do presente TR

I Fotos referenciais da qualidade mínima do objeto deste TR	eventos 0486607 e 0486606



Documento assinado eletronicamente por **MARILENE PEREIRA CENI, Analista Judiciário**, em 25/08/2020, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0575843** e o código CRC **2189D3AF**.

0002924-58.2019.6.22.8000

0575843v15

Criado por 002129722380, versão 15 por 002129722380 em 25/08/2020 18:18:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002924-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão -
ASPLAN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação – contratação de serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial de eventos institucionais

PARECER JURÍDICO Nº 182 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - ASPLAN (0487359), objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de arranjos florais para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes no Projeto Básico nº 8/2020 – PRES/DG/ASPLAN ([0575843](#)).

02. Em atendimento a Remessa nº 71/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0507648](#)), a Seção de Licitação e Compras – SLC realizou a cotação de preços para a contratação pretendida ([0512158](#)) e, apesar de ter sido encaminhada para diversas empresas ([0513099](#), [0517818](#), [0517869](#) e [0519334](#)), obtiveram uma única resposta ([0524298](#)), caracterizando completo desinteresse do mercado, consoante verifica-se na Informação nº 21/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0524301](#)).

03. O aludido PB citado ([0575843](#)) contém a descrição do objeto e seus complementos, a justificativa dos serviços, conformidade com o planejamento estratégico e critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação baseado na cotação de preços, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, do contrato, da garantia contratual, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

04. A unidade demandante instruiu os autos com: Cotação de Preço nº 2/2019 – SLC preenchida pela empresa Aurinéia Borges Valente, CNPJ nº 12.587.2020/0001-60 ([0524298](#)); Regularidade fiscal ([0574353](#) e [0574354](#)); Certidão CNJ ([0574357](#)) e Regularidade Trabalhista ([0574356](#)).

05. Veio aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais), com as informações do Pré-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empenho nº 2020PE000238 e de que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro* ([0574071](#)).

06. Após diversos ajuste no PB ([0504585](#), [0507628](#), [0526010](#)), a COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico nº 8 ([0575843](#)), atentando que o referido instrumento, complementado pela Cotação de Preços ([0524298](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO e, diante da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa mencionada, manifestou-se pela adjudicação do objeto, caso a autoridade superior aprove o PB, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico n. 104/2020 ([0576009](#)).

07. Em seguida, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta de Carta-Contrato juntada aos autos no evento [0577312](#).

08. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica (Remessa nº 215 /2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT – [0577335](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

12. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais) (doze mil e trezentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0575843](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0524298](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Ademais, a **Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020**, ainda em vigor (prorrogada pelo presidente da mesa do Congresso Nacional prorrogou por mais 60 dias), adequa - durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020 - os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, “b”, o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

14. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

15. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

16. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexistência**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

18. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

19. No caso em comento, foram obtidas no mercado local apenas 01 (uma) cotação de preços válidas - ofertada por apta a contratar com o setor público. A SLC tratou de justificar tal situação na Informação n.º 21/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0524301](#)), alegando o que segue:

Em remessa efetuada por essa Coordenadoria, vieram os autos à SLC para cotação de preços ([0507648](#)). Para tanto, foi elaborado o Formulário de Cotação de Preços n.º 02 ([0512158](#)) e encaminhado, por e-mail, a diversas empresa do ramo juntamente com os anexos "condições gerais" ([0512160](#)), Projeto Básico ([0507628](#)) e Minuta do Instrumento Contratual ([0505333](#)).

Os e-mails foram reiterados ([0513099](#), [0517818](#), [0517869](#) e [0519334](#)), além de várias ligações telefônicas efetuadas. Todavia, apenas uma única empresa atendeu à solicitação e apresentou proposta, abaixo resumida:

(...)

Conforme devidamente comprovado nos autos, apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas, por completo desinteresse do mercado.

20. Conforme devidamente comprovado nos autos, apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas, por completo desinteresse do mercado. Ainda, no item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 do PB juntado, a ASPLAN destacou que a decretação do estado de calamidade pelo Governo de Rondônia devido ao COVID-19 impossibilitou o contato com mais empresas do setor, bem como atestou que os valores obtidos. Portanto, observa-se que SLC houve dificuldades fáticas na obtenção das propostas.

21. Destarte, considerando a competitividade limitada do objeto no mercado local e a consonância entre os preços apresentados por essas empresas e os obtidos junto as empresas com regularidade fiscal atestadas, deve se levar em consideração as pesquisas junto a essa empresa irregular.

22. Pois bem, verifica-se que o único preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, no valor de R\$12.300,00 (doze mil e trezentos reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

23. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. No caso ventilado, a empresa cotada apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0574353, 0574354 e 0574356. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

25. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, **todavia, antes da assinatura do contrato, as certidões da empresa vencedora do certame devem ser atualizadas.**

26. De outro lado, o Projeto Básico (0575843), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação.**

27. Com relação a minuta de Carta-Contrato (0577312), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

III – DA CONCLUSÃO

28. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

- a)** pela viabilidade de contratação direta da empresa **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993; e
- b)** pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0577312)**.

30. Para a demonstrar que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa, sugere-se a juntada do livro de despesa de 2020 pela GABSAOFC para melhor instruir os autos.

31. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 04/09/2020, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 04/09/2020, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0581992** e o código CRC **677F1417**.

0002924-58.2019.6.22.8000

0581992v8

Criado por 014827562356, versão 8 por 004891562321 em 04/09/2020 17:52:21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002924-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: ASPLAN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de arranjos florais para atendimento a eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1417 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - ASPLAN (0487359), objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de arranjos florais para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes no Projeto Básico nº 8/2020 – PRES/DG/ASPLAN ([0575843](#)).

Carreou-se aos autos a proposta da empresa **AURINEIA BORGES VALENTE**, contendo todos os detalhes necessários para a contratação ([0524298](#)). Apesar de ter sido encaminhada cotação de preços para várias empresas, a unidade SLC obteve uma única resposta, da empresa **AURINEIA BORGES VALENTE**, o que caracteriza completo desinteresse do mercado conforme o que consta na informação nº 21/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0524301](#)).

Juntou-se aos autos o Projeto Básico nº 8/2020 ([0575843](#)), dimensionando o valor total da contratação em R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), descrição do objeto e seus complementos, a justificativa dos serviços, conformidade com o planejamento estratégico, valor da contratação baseado na cotação de preços, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, do contrato, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX e art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à proponente ([0576009](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0574071](#)) no valor de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000238, ao final registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta de Carta-contrato ([0577312](#)) e remeteu o feito à AJDG para análise ([0577335](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 182/2020 ([0581992](#)) opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, da empresa **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, e pela aprovação do Projeto Básico 8/2020 ([0575843](#)). Por fim, aprovou a minuta de carta-contrato juntada no evento

A SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0582849](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista a necessidade de realizações de atividades de cerimonial no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, especificamente no fornecimento de arranjos florais, conforme item 3 do Projeto Básico n. 8/2020 ([0575843](#)).

Ademais, conforme explanado pela assessoria jurídica, a SLC não obteve o mínimo de três cotações válidas, por completo desinteresse do mercado. No item 5 do PB juntado, a ASPLAN destacou que a decretação do estado de calamidade pelo Governo de Rondônia devido à COVID-19 impossibilitou o contato com mais empresas do setor.

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60** ([0573403](#)) ofertou o menor nores preços dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, com o valor de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ressalta-se, que a empresa cotada apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0574353](#), [0574354](#) e [0574356](#), de forma que todos os requisitos de regularidade para a aquisição estão sendo observados pela Administração.

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação é inferior ao patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1 - aprova o Projeto Básico 8/2020-ASPLAN ([0575843](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

2 - Autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**; e

3 - Adjudica o objeto a empresa AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60 e autoriza a **emissão de Notas de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa; e

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/09/2020, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0585249** e o código CRC **645531B4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 018005762348, versão 33 por 004577222313 em 15/09/2020
15:59:37.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 16Set20 NUMERO: 2020NE000684
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDEREÇO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 12587202/0001-60 - AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234
ENDEREÇO : JOAO GOULART 1923 SAO CRISTOVAO
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76804-034

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMPENHO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CF. PROJETO BÁSICO 8 (0575843), MINUTA SECONT (0577312), PARCE JURÍDICO 182 (0581992), MANIFESTAÇÃO 360 (08582849), DESPACHOS 1417 (0585249) E 1507 (0587714), SEI: 00029-24.2019.6.22.8000.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339030 000000 TRE REUNIA1
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00029245820196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 12.300,00

DOZE MIL E TREZENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 15 -MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOM

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	10	VALOR UNITARIO:	350,00
			VALOR DO SEQ. :	3.500,00

ITEM 01. ARRANJO BAIXO. MEDINDO 100 CM DE COMPRIMENTO X 70 CM DE ALTURA (PARA INSTALAÇÃO EM FRENTE À MESA DAS AUTORIDADES), COMPOSTO POR BASTÕES DO IMPERADOR, ROSAS, LÍRIOS, HELICÔNIAS, ASTER E SOLIDÁGUAS, EM CORES QUE SE HARMONIZEM, A CRITÉRIO DO CONTRATANTE.

SUBTOTAL : 3.500,00

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAUJO LOPES em 16/09/2020 às 14:00:00
Certificado de Assinatura Digital
Emissão: 16/09/2020 às 14:00:00
Endereço: 20200303 161100103 04007

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES
DA COSTA FILHO em 16/09/2020 às 14:00:00
Certificado de Assinatura Digital
Emissão: 16/09/2020 às 14:00:00
Endereço: 20200303 161100103 04007



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PÁGINA: 2

EMISSION : 16Set20 NUMERO: 2020NE000684 PROCESSO: 00029245820196228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 12587202/0001-60 - AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 20 VALOR UNITARIO: 350,00
VALOR DO SEQ. : 7.000,00

ITEM 02. ARRANJO SOBRE COLUNA. APOIADO SOBRE COLUNAS DE VIDRO OU MADEIRA, OU VASOS CERÂMICOS OU DE VIDRO (PARA INSTALAÇÃO NA PORTA DE ENTRADA E INTERIOR DO AUDITÓRIO OU PLENÁRIO, COMPOSTO POR BASTÕES DO IMPERADOR, ROSAS, LÍRIOS, HELICÔNIAS, ASTER E SOLIDÁGUAS, EM CORES QUE SE HARMONIZEM, A CRITÉRIO DO CONTRATADA

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 4 VALOR UNITARIO: 450,00
VALOR DO SEQ. : 1.800,00

ITEM 03. ARRANJO FÚNEBRE. ARRANJO FÚNEBRE COMPOSTO POR LÍRIOS, ROSAS, ASTROMÉLÍAS E FOLHAGENS, MEDINDO 1M X1M - ACOMPANHA FAIXA COM MENSAGEM. OBS.: O ARRANJO FÚNEBRE DEVERÃO SER FORNECIDOS A QUALQUER HORA DO DIA E DA NOITE, INCLUSIVE EM FÉRIAS DE SEMANA E FÉRIADOS

T O T A L : 12.300,00

LIA MARIA
ARAÚJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253
Data: 16/09/2020 10:10:10
Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
Data: 16/09/2020 10:10:10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 186

Porto Velho, quinta-feira, 24 de setembro de 2020

16

Relator

¹ Art. 33. Compete ao relator: (...)

VII - em caso de desistência, homologá-la e extinguir o procedimento;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PROCESSO: SEI N. 0002924-58.2019.6.22.8000 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO - ARRANJOS FLORAIS

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Carta-Contrato n. 20/2020, assinada em 23/09/2020. Contratada: AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234, CNPJ 12.587.202/0001-60. Objeto: Contratação de serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos. Fundamento Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 2/2019/SLC. Vigência: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura. Valor: R\$ 12.300,00. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Natureza da Despesa 33.90.30-15. Nota de Empenho 2020NE000684, de 16/09/2020. Justificativa: Necessidade de ornamentação para atender aos eventos realizados no TRE-RO. Declaração de Dispensa em 04/09/2020, Parecer Jurídico 182/PRES/DG/AJDG, por MAIARA SALES DO CASAL, CPF n. 003.550.682-22, Analista Judiciário e Ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 15/09/2020, Despacho 1417/PRES/DG/GABDG, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO.

1ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS Nº 13/2020/1ªZE

EDITAL DE REGISTROS DE CANDIDATURA Nº 13/2020/1ªZE/RO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO, Juiz Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral - GUAJARÁ-MIRIM, no uso de suas atribuições, faço saber que foram protocolizados neste Cartório Eleitoral, pelo PARTIDO PATRIOTA - 51 - PATRIOTA, Processo Principal (DRAP) n. 06002038820206220001, os pedidos de registro dos candidatos abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 2020 no Município de GUAJARÁ-MIRIM.

Vereador			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
51003	ADJACI VIEIRA NOGUEIRA	ADJACI NOGUEIRA	06002047320206220001
51111	ALBETISA OLIVEIRA PAES MINGARDO	ALBETISA	06002072820206220001
51555	AMARILDO DA SILVA	NEGAO DA LIMPEZA	06002177220206220001

Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (DJE/TRE-RO). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ro.jus.br/>